

O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NA ESCOLA INDÍGENA JULÁ PARÉ

Mônica Cidele da Cruz¹
Marcio MonzilarCorozomae²

Período de recebimento dos textos: 15/01/2015 a 01/05/2015.

Data de aceite: 29/05/2015.

Resumo: A língua Umutina é classificada como pertencente à família linguística Bororo, do tronco Macro-Jê. Atualmente, trinta dos seus últimos remanescentes vivem na terra indígena localizada entre os rios Bugres e Paraguai, a 15 km da cidade de Barra do Bugres-MT, juntamente com diversas etnias, como: Paresi, Boróro, Nambikwara, Terena, Kaiabi, Chiquitano, Irantxe e Bakairi, totalizando aproximadamente 540 pessoas. Os Umutina são monolíngues em português e, dentre eles, há apenas dois anciãos na aldeia, de 75 e 95 anos de idade, considerados os “lembrantes” da língua. Nos últimos anos, escola e a comunidade indígena Umutina vêm desenvolvendo um trabalho bastante interessante de revitalização da língua materna e da cultura indígena Umutina. Neste sentido, o nosso objetivo, neste artigo, é discutir um pouco sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores da escola indígena JuláParé, com relação ao ensino da língua Umutina e, também, sobre a relação entre línguas, resultante da grande pluralidade linguística que existe na aldeia.

Palavras-chave: língua Umutina; ensino; revitalização; pluralidade linguística.

Abstract: *Umutina* language is classified as belonging to the linguistic family of the *Boróro* which in turn is a branch of the *Macro-Ge* root. Currently, thirty of its last remaining survivors live in a indigenous land located between the rivers Paraguay and Bugres, located 15 km from a town in the state of Mato Grosso, called Barra do Bugres; they share this land with other ethnic groups such as the *Paresi*, *Boróro*, *Nambikwara*, *Terena*, *Kaiabi*, *Chiquitano*, *Irantxe* and *Bakairi*, numbering approximately 540 people in the total. *Umutina* people speak only Portuguese and, in the whole village there are only two elders, aged 75 and 95 years old respectively, who are seen as the “*lembrantes*” or “*keepers of the language*”. In recent years, the indigenous community and the school have been working together to develop a way of renewing and reviving the language and culture of *Umutina* people. It is in this sense, the aim of this article is to reflect on the educational method that have been developed by the teachers to teach the *Umutina* language and to look as well at how this impacts on the other ethnic languages that contribute to the great linguistic diversity that there is in the village.

Keywords: *Umutina* language; teaching; revival and renewal; linguistic diversity.

¹Doutora em Linguística e docente da Universidade do Estado de Mato Grosso- Unemat.

²Professor da Escola Indígena JuláParé.

Considerações iniciais

Atualmente, os Umutina vivem em uma área de 28.120 hectares, homologada em 1989, a 15 quilômetros de Barra do Bugres, município na região oeste de Mato Grosso, entre os rios Bugres e Paraguai, numa faixa de transição entre a Amazônia e o Pantanal.

A população é de aproximadamente 540 pessoas, entre Paresi, Bororo, Irantxe, Nambikwara, Terena, Bakairi, Kayabi, Chiquitano³ e não-índios. Em meio a essa diversidade étnica, figuram apenas membros das famílias Apodonepá (2), Kupodonepá (13), Amajunepá (9), Boroponepá (4) e Wakixinepá (2), totalizando 30 Umutina legítimos, como são chamados. No entanto, alguns membros dessas famílias já não residem mais na aldeia, pois muitos se mudaram para as cidades vizinhas.

Na comunidade há uma escola, na qual funciona o ensino fundamental (da pré-escola ao 9º ano) e Médio (1º ao 3º ano). As séries iniciais até o 5º ano é de responsabilidade da SEMEC de Barra do Bugres, já as demais séries até o ensino médio são de responsabilidade do Estado. Atualmente a escola conta com cerca de 120 alunos, registrando uma acentuada evasão escolar, no ano de 2012, devido ao êxodo de muitas famílias para as cidades vizinhas em busca de trabalho.

Os professores são da própria comunidade, formados pelo 3º grau indígena, da Unemat de Barra do Bugres-MT, ressaltando que a grande maioria deles já possui especialização.

Quanto à situação linguística da comunidade, embora haja essa diversidade étnica entre eles, são monolíngues em português. Somente os pouquíssimos mais velhos é que ainda conhecem ou falam pouco de suas línguas maternas no seio familiar, quase que raramente, segundo eles próprios.

³ Este Chiquitano casou-se com uma índia Umutina e veio morar na aldeia recentemente.

Na escola da aldeia é ensinada a língua Umutina, ou seja, desde as séries iniciais, e todo trabalho é feito com base no léxico, a partir dos poucos registros que existem.

Do Diretório dos Índios à interdição da língua materna

O primeiro documento oficial para a interdição das línguas indígenas brasileiras é o *Diretório dos Índios*, de 1757, do Marquês de Pombal, cuja política linguística estabelecida foi decisiva para o apagamento das línguas indígenas brasileiras, como se pode ver no parágrafo (6) do documento:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.

O que se percebe é que esta política estabelecida pelo Diretório, contribuiu para o apagamento da língua materna e a imposição da memória de uma outra língua aos povos indígenas. Sobre isso, ainda, vejamos o que diz a autora abaixo:

Assim, ao se impor a língua portuguesa para os índios, está se impondo também uma língua com uma memória outra: a do português cristão submisso ao rei. Ensinar português aos índios objetivando a catequese é silenciar a língua e a memória de outros povos. Mas ensinar língua geral é também silenciar a língua portuguesa. Nos silêncios impostos pela colonização, a imposição de uma língua camufla a heterogeneidade lingüística e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil. (MARIANI, 2003, p. 77)

Veja que, além de silenciar a língua materna dos povos indígenas, silencia-se, também, a língua portuguesa, ao impor sobre ela a língua geral.

Embora com a imposição de uma outra língua, foi a partir da segunda metade do século XVIII, com a Lei do Diretório dos Índios que a língua portuguesa foi se consolidando, pois com a proibição do uso da língua geral, o processo de expansão da língua portuguesa se avançava cada vez mais por todo o território brasileiro.

No caso dos Umutina, a interdição veio após o contato com a sociedade envolvente, no início do século XIX. Eles sofreram uma série de transformações em sua cultura e modo de vida, dentre elas, a perda da língua materna. Tudo isso foi se agravando ainda mais quando se efetivou a instalação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em território indígena, conforme trecho da Ata da transferência para a Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em Mato Grosso:

Aos 12 dias do mês de outubro de 1913, de conformidade com instruções do Cidadão Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas e Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais [...] foi transferido para este Serviço, o Posto de Atração “Fraternidade Indígena” [...] destinando-se à pacificação dos Índios Barbados [...] sendo encarregado do mesmo posto o cidadão Severiano Godofredo de Albuquerque.⁴

⁴Microfilme 200. Fotograma 000589. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

O trecho da ata mostra a investida do Estado brasileiro por meio do SPI, juntamente com a Comissão Rondon para atuar no processo de “pacificação” e atração dos índios Umutina. O termo “pacificação” é entendido aqui, tal como foi discutido por Orlandi (1990), como uma intervenção no espaço do outro, no caso, no espaço do índio Umutina. Intervir para dominar, ou seja, “produzir apagamento da cultura indígena, anular qualquer forma de resistência; e a imagem que se tem do índio é a daquele que “deve” submeter-se ao branco, que “deve” reconhecer a autoridade do branco”. (ORLANDI, 1990, p.66).

A interdição da língua materna efetivou-se de forma definitiva em 1941, com a implantação da escola, pois ali era o espaço de institucionalização de um ensino que obrigava os índios a aprender/falar a língua portuguesa. A escola foi considerada a melhor estratégia de dominação adotada pelo Estado, uma vez que ela cumpria o papel de moldar o corpo e a “mente” do índio (ARRUDA, 2003), ensinando-lhe a ler e escrever uma nova língua e a se comportar de acordo com a cultura do civilizado.

A imposição dessa cultura ocidental transformou o ambiente escolar num local de repreensão e violência, conformerelato abaixo:

[...] as práticas se mostravam com atos explícitos de violência, com a presença da palmatória aos alunos que não correspondiam à aprendizagem. “Eu bati muito nos meus colegas com a palmatória. A professora mandava e eu tinha que obedecer, se não, quem apanhava era eu,” lembra Joaquim que chegou no posto em 1947 e foi automaticamente matriculado na escola. “Logo depois que meus pais morreram (doentes), eu e minha irmã saímos da escola, preferi trabalhar. Era melhor”. Nas memórias de Antônio, outro ancião do posto, que cresceu em Humaitá, pois ficou órfão depois da epidemia do primeiro contato, mentir era a solução. Dizia que o filho estava doente para não ir à escola. “As

crianças não gostavam, a professora era muito rigorosa”, afirma Antonio. (ARRUDA, 2004, p.7)

Foi, então, nessas condições históricas que se deu a interdição da língua Umutina. E, nos últimos anos, principalmente, depois da morte do último falante da língua em 2003, um grupo de jovens da aldeia, denominado *Nação Nativa Umutina*, iniciou um trabalho de “revitalização” da cultura e da língua materna. Mas devido à saída de muitos integrantes do grupo para estudar fora da aldeia, a escola é hoje, a maior responsável por dar continuidade a esse trabalho, pois ela passou a ser vista como um importante espaço para o resgate da identidade étnica, cultural e linguística desse povo.

Ensino da língua indígena na escola: o que dizem os documentos oficiais

Foi por meio da catequização, no século XVI, após a chegada dos portugueses ao Brasil, que a educação escolar fez-se presente nas comunidades indígenas. Depois foi a vez do SPI, cujo objetivo era o de integrar os povos indígenas à sociedade ocidental, impondo-lhes, além de outras medidas, o ensino obrigatório da língua nacional.

Porém, essa situação vem sofrendo mudanças nas últimas décadas, principalmente, nas comunidades indígenas em que o contato com o não índio já é antigo e o português tornou-se a língua materna do povo. Por meio da mobilização dos próprios índios, a escola transformou-se num importante espaço para valorização étnica e a revitalização da cultura e, nesse contexto, a escola coloca-se como espaço de constituição de sentidos para a identificação dos Umutina.

É com a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 210⁵, parágrafo 2, que os povos indígenas têm assegurado o direito à educação, em que se reconhece a utilização das línguas nativas no processo de ensino-aprendizagem, além da proteção à cultura desses povos.

Posteriormente, em 1994, surgem as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, que estabelece uma educação escolar indígena bilíngue, com as seguintes recomendações:

a) cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua língua materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares, assim como no desenvolvimento e reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua;

b) cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros -formal, coloquial, etc.

c) a língua materna de uma comunidade é parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade. Novos conhecimentos são mais naturais e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas. (BRASIL, p.11-12, 1994)

Em dezembro de 1996, é criada pelo governo federal, a Lei 9.394 – LDB, em que fica estipulada a criação de programas de ensino e pesquisa para oferecer educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, sobretudo, com a valorização de suas línguas maternas.

Complementando os documentos já citados, em 1998, surge o Parâmetro Curricular para as Escolas Indígenas – RCNei, cuja orientação é de

⁵ Art. 210, parágrafo 2, se estabelece que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

uma educação bilíngue, direcionada para a valorização da(s) língua(s) indígena(s) na matriz curricular.

Nesse sentido, segundo o documento, “a inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o *status* de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira”. (BRASIL, 1998, p. 118)

Ainda, de acordo com o Parâmetro Curricular, “além de ser a língua de instrução, a língua indígena deve também entrar no currículo, no caso de comunidades bilíngues, como uma de suas disciplinas: língua indígena como primeira língua. Nesses casos, ela será objeto de reflexão e de estudo, tanto no nível oral quanto no escrito,” [...] (BRASIL, 1998, p. 120)

Veja que neste primeiro caso, tem-se a língua indígena como L1 para as sociedades bilíngues, o que não é a realidade do povo Umutina, por ser monolíngue em português. Para essa situação linguística, cabe o segundo caso, em que fica assegurado o seguinte:

[...] quando for o caso, a **língua indígena como segunda língua** seja incluída, como disciplina, no currículo escolar. Já existem algumas experiências, em curso no país, de tentativas de recuperação linguística escolar em comunidades nas quais somente algumas pessoas idosas ainda falam a língua indígena, enquanto jovens e crianças falam apenas o português. (BRASIL, op.cit.)

Portanto, na matriz curricular da Escola Indígena JuláParé, faz-se presente a língua materna Umutina como disciplina obrigatória e como L2, devido à situação linguística vivida pelo povo, ou seja, todos são monolíngues em português. E, embora, convivam etnias diferentes nesta comunidade indígena, o ensino da língua Umutina é o que prevalece na matriz curricular. Segundo o professor indígena Luizinho AriabôQuezo, é a língua do povo

originário do território, sendo assim, *na escola é ensinado o idioma Umutina, né. Mas nada vai impedir... nada impede das outras famílias como Boróro, Bakairi falarem nas suas casas seu próprio idioma também. Então a gente procura valorizá a etnia, né. O originário que são os povos Umutina.*⁶

Quando se tem a realidade retratada acima, a exemplo dos Umutina, “o português como primeira língua será a língua de instrução e disciplina curricular, mas é fundamental que se procure, dentro das possibilidades, criar condições para a retomada da língua indígena”. (BRASIL, 2005, p. 123)

É essa, portanto, a situação sociolinguística vivida pela comunidade indígena Umutina, onde o português é a língua materna (L1), ou seja, a língua interdita pelo Estado ao longo da história, perdeu seu *status* de língua materna para o português que se tornou a L1 na comunidade indígena.

Neste caso, não se pode atribuir o *status* de “língua materna” somente à língua indígena, caso contrário, a situação sociolinguística de muitas comunidades que já não têm a língua indígena em situação de uso cotidiano, está sendo renegada. (ALBÓ, 2005; PIMENTEL DA SILVA, 2006).

Em relação a outras línguas indígenas presentes na aldeia Umutina, de acordo com o professor Luizinho, o uso delas fica limitado ao âmbito familiar, entretanto, há, também, a possibilidade da inclusão dessas línguas no currículo escolar, como atesta o Parâmetro Curricular para as escolas indígenas:

A inclusão de mais de uma língua indígena no currículo não só é possível, mas desejável, pois contribui para demonstrar claramente o pluralismo linguístico existente no país e para favorecer o estabelecimento de alianças interétnicas. É importante lembrar, entretanto, que as línguas indígenas não podem ser

⁶Reflexões sobre a educação indígena em depoimentos dos professores da escola indígena da Aldeia Umutina em Barra do Bugres, Mato Grosso, Brasil. (18 de junho de 2011). Disponível em: <http://www.youtube.com>

consideradas línguas estrangeiras. Elas são línguas nacionais, línguas brasileiras. (BRASIL, p.124)

É dentro dessas possibilidades, portanto, que os Umutina vêm desenvolvendo, nos últimos anos, o trabalho de “revitalização” da língua materna da cultura como forma de manter vivas as tradições deste povo. No próximo tópico, apresentamos algumas práticas pedagógicas desenvolvidas por dois professores da escola indígena JuláParé, nominados como P1 e P2.

A língua Umutina nas práticas pedagógicas da escola

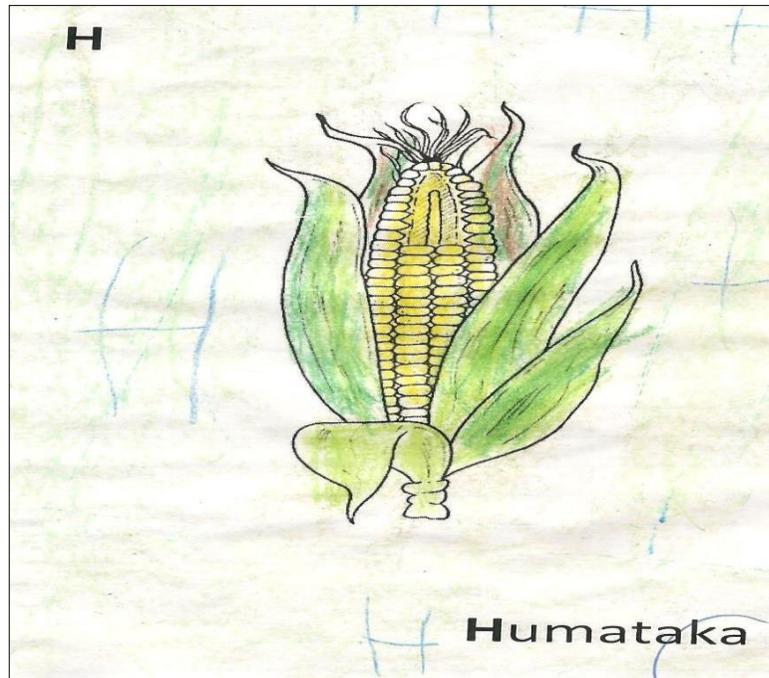
P1 atua nas séries iniciais, lecionando para alunos da pré-escola, nível II, e é ele mesmo quem produz seu material didático para ensinar a língua. Toda metodologia é pautada no léxico da língua, a partir dos elementos da flora, da fauna, parentesco e partes do corpo humano. *São coisas que fazem parte da realidade das crianças, inclusive, este ano quero ampliar meu trabalho, ensinando pequenas frases que podem ser usadas no dia a dia*, diz o professor.

Quanto a isso, é importante ressaltar que ele não é falante da língua Umutina e ensinar pequenas frases, resulta numa abordagem fragmentada da língua, tendo em vista que, a partir do momento em que foi proibido o seu uso, perdeu-se sua função comunicativa e social. Além do que, dificilmente essa língua interdita voltará a ser falada cotidianamente na aldeia, mesmo que seja por meio do uso de “pequenas frases que podem ser usadas no dia a dia”, como disse anteriormente o professor. E também, porque convivem na aldeia Umutina, índios de diferentes etnias o que, conseqüentemente, acabagerando constantes conflitos linguísticos e culturais entre eles.

Apesar de tudo isso, P1 diz que as crianças têm bastante facilidade para aprender a língua Umutina, e até utilizam palavras no idioma,

principalmente, os nomes de animais, como aves, peixes e mamíferos para ensinar aos pais em casa.

Segundo ele, já se inicia nessa fase pré-escolar o processo de alfabetização somente com palavras da língua indígena, como pode ser constatado num dos modelos de atividades aplicadas aos alunos:



Para o professor, essa é uma forma de se manter um pouco da língua viva na comunidade, mesmo sabendo que ela não voltará a ser falada novamente no cotidiano da aldeia. *É uma maneira de manter a nossa identidade*, afirma ele. A escolha de língua para os Umutina está fortemente relacionada à identidade étnica. É a memória da língua constituindo a posição sujeito Umutina.

Em vários momentos da fala dele, fica bastante marcada a preocupação com a língua como fator identitário do povo Umutina, pois ao enunciar “nossa identidade”, além de se incluir como índio na forma genérica,

o professor, também, inclui-se como integrante de um grupo, ou seja, o povo indígena Umutina.

Quando o questionamos sobre a aceitação do ensino da língua Umutina na aldeia em que vivem etnias diferentes, ele afirmou que no começo foi difícil porque os pais não aceitavam que os filhos aprendessem uma língua materna que não fosse a deles. Só depois de sua implantação como disciplina no currículo escolar, é que passou a receber o apoio dos pais para ensiná-la a seus alunos. “Algumas crianças levam para casa aquilo que aprendem na escola, como é o caso da língua”, completa o professor.

Para P2, que trabalha com a língua materna, há mais de 4 anos, seu ensino na escola só passou a ter o respaldo dos pais depois que foi inserida no currículo escolar, transformando-se em disciplina obrigatória no currículo. Segundo ele, um dos motivos dessa resistência está na pluralidade étnica da aldeia. Muitos pais chegavam a questionar: “Por que aprender a língua dos outros?”

A situação exposta acima revela um grande conflito linguístico e cultural devido às várias etnias presentes num mesmo espaço. Enquanto, por um lado, busca-se colocar a língua Umutina em funcionamento, outras vão sendo silenciadas.

Hoje, segundo os professores, com o trabalho da escola na valorização da cultura e o apoio da secretaria municipal, os pais já estão aceitando bem, tanto é que já há um calendário oficial dedicado a um evento cultural, realizado sempre no mês de abril, com apresentação de danças, exposição de artesanato e comidas tradicionais.

Esse trabalho de “revitalização” foi tão significativo para a comunidade, que a sociedade envolvente e até mesmo outras etnias começaram a vê-los com outros olhos, pois segundo P2, já sofreu muita discriminação por

não saber falar na língua Umutina. Essa discriminação aconteceu por parte dos próprios colegas indígenas (outras etnias) quando cursava o 3º grau indígena. Ou então, por muitos não índios, que sempre questionavam: “Ué, como é que vocês são índios, se vocês não sabem falar na língua?”.

Para o “outro”, falar a língua indígena aparece como uma condição do ser índio, caso contrário, não falando mais a língua o índio deixa de ser índio, e deixando de ser índio, possui menos direitos indígenas, principalmente, em se tratando da posse da terra.

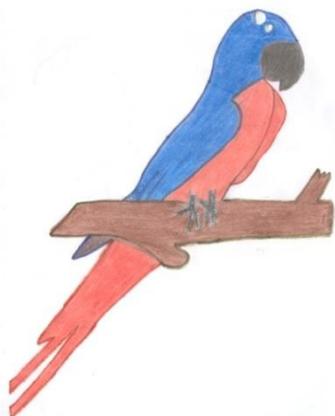
Situação semelhante também nos foi relatada por P1: *As pessoas que não tem conhecimento, antigamente... há um tempo atrás, uns 10 anos atrás era muito comum esse tipo de discriminação, ... não, você é índio e não sabe falar sua língua. Então quando os parente indígena encontrava que tinha grandes eventos, os grupos deles se organizavam e ficavam falando só na língua. Enquanto nós, Umutina ficava falando português. Eles chegavam e falavam: “olha, vocês têm que falar na língua de vocês, não fica falando na língua do branco! Então muitas vezes nós fomos discriminados, mas hoje essa discriminação já... o povo tem conhecimento do porquê que aconteceu... o porquê que a gente não fala mais a língua. Nós fomos forçados a deixar de falar a língua.*

Sobre o interesse dos alunos pela língua materna, P2 explica que no dia a dia da comunidade, eles não falam muito devido à diversidade linguística do local. O uso da língua fica mais voltado para apresentações culturais, de cantos. Para ele, o que mantem a língua ainda viva é a escola. Aqui mais uma vez a escola aparece como espaço de ressignificação da língua.

Ainda de acordo com ele, as crianças menores demonstram maior interesse pela língua materna, ao contrário dos maiores (5ª série em diante),

que não a valorizam muito. Talvez isso seja pelo acesso à tecnologia, como celulares, *internet* os quais são mais atrativos para eles, finaliza o professor.

Abaixo apresentamos um exemplo de como o professor trabalha a língua materna em sala de aula, a partir da reconstrução de frases:



Alaporé: Arara vermelha.
AlaporéBeorukwáihô
Arara vermelha fruta de jenipapo comer.
A arara vermelha come fruta de jenipapo.

Figura 48: Desenho de uma Arara (Alaporé)
Fonte: Alunos do Ensino Médio Escola JulaParé, 2008

Além de situações de escrita, os vestígios dela também aparecem em outros momentos, e ganham “vida” de diversas formas nas práticas discursivas do cotidiano, seja no vocabulário utilizado nas brincadeiras entre as crianças (“*Ebakicomeça com quê? Aaaa, eles fala. Arikau começa com quê? Aluikano começa com quê? Eles fala assim, quase igual de professor*”).

Temos aí um exemplo de como a língua, interdita pelo Estado, ainda se mantém de algum modo na prática oral de linguagem de um povo.

Considerações finais

Vimos que, embora a língua indígena Umutina não seja mais falada e não exerça mais a sua função comunicativa, ela ainda permanece viva na comunidade, seja por intermédio da escola, nos eventos culturais ou em algumas situações do cotidiano.

A escola que outrora serviu como espaço de imposição e ensino do português, hoje exerce um papel fundamental como lugar de ressignificação da cultura e da “revitalização” da língua materna silenciadas de forma violenta

pelo Estado. Além do trabalho realizado na/pela escola, outras ações estão surgindo e se fortalecendo na comunidade. Uma delas é o trabalho do jovem Luciano AriabôQuezo, acadêmico do curso de Letras da UFSCAR, primeiro indígena a receber uma bolsa de iniciação científica no Brasil para desenvolver um projeto, cujo resultado foi a produção de um livro didático bilíngue: “Língua e Cultura Indígena Umutina” para a escola da comunidade. Assim como o jovem Luciano, há outros estudantes da comunidade que fazem parte de projetos, como o PIBID-Diversidade da Faculdade Intercultural Indígena da Unemat de Barra do Bugres-MT, que estão produzindo materiais didáticos para a escola da aldeia. Somada a essas atividades, está também a revitalização da cultura por meio das danças e das comidas tradicionais, da pintura corporal, do artesanato, enfim, são inúmeras ações que estão contribuindo, sobremaneira, para a autoestima do povo Umutina e o fortalecimento da identidade indígena.

Referências

ALBÓ, Xavier. **Cultura, interculturalidade, inculturação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ARRUDA, Lucybeth Camargo de. **Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de resistência 1913-1945**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2003.

_____. Posto Fraternidade Indígena – Outro Lugar, Outra História. In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. CD-ROM.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, 1997.

_____. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar**. Brasília: MEC/ SEF/DPEF, 1994.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC, 2000.

LEVERGER, Augusto. **Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso.** In: revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, v. 205; 76.

MARIANI, Bethania. **Políticas de Colonização Lingüística,** In: Revista LETRAS n.27, UFSM, Santa Maria, 2003.

ORLANDI, E.P. **Terra à Vista:** discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. **As línguas indígenas na escola:** da desvalorização à revitalização. In: Revista Signótica. Goiânia, GO, Vol. 18, nº. 2, p. 381-395, jul/dez/2006

QUEZO, Luizinho Ariabô. **Construção de frase na língua Umutina a partir dos seus elementos culturais.** Monografia 2010. Faculdade Indígena Intercultural. Barra do Bugres-MT.

_____. (1986) **Línguas Brasileiras.** Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola.

_____. **Línguas indígenas:** 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* 9.1:83-103. São Paulo. 1993 a.

_____. 1961/62. **Informações etnográficas sobre os Umutina.** Revista do Museu Paulista, Nova Série, 13; 75-313.